RED FLAGS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

1 INTRODUÇÃO

A administração de uma sociedade tem o dever de apresentar demonstrações contábeis e divulgações adequadas e esclarecedoras à opinião pública. A opinião dos auditores sobre esses demonstrativos é elemento fundamental na extensão que se traduz em sinônimo de confiabilidade às informações prestadas. A auditoria tem a funcionalidade de averiguar e emitir opinião sobre as demonstrações contábeis publicadas pelas entidades, atentando, com razoável segurança, que as estas não contenham distorções materiais (Dantas *et al*., 2016). Contundo, a auditoria trabalha com o risco de ocorrer erro ou classificação material indevida não detectada e, em razão disso, a não apresentação de um relatório modificado (Dantas *et al*., 2016).

Os *red flags* ou também conhecidas como "bandeiras vermelhas" ou ainda "sinais de alerta" é um sistema de sinalização "*early warning*" (advertência precoce) que tem sido usado pelos auditores para determinar se na demonstração financeira existe a probabilidade de risco e\ou fraude (Koornhof; Plessis, 2000). Por isso, esta pesquisa pretende analisar as red flags das empresas atuantes bolsa de valores embasadas nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs).

No Brasil, os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) foram definidos pela NBC TA 701, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2016), determinando que, para os relatórios de auditoria de empresas listadas em Bolsas de Valores, ele é obrigatório, e, para as demais empresas e entidades, tornar-se facultativo. Porém, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determinou que todos os relatórios de auditoria de empresas com registro nessa comissão deveriam apresentar os PAAs, independentemente de serem listadas em Bolsas de Valores ou não, incluindo os Fundos de Investimento.

Além disso, a norma ABNT PR 2030, de 2022, se soma como contexto ao orientar as empresas a inclusão dos eixos de *Environmental, Social and Governance* (ESG), podendo os PAAs servirem como *red flags* sobre riscos nos eixos, ou, mecanismos para atuarem na redução 3da realização dos riscos identificados em cada eixo (ABNT, 2022).

Com base nessa contextualização a questão de problema desta pesquisa é: Quais os principais assuntos de auditoria relacionados a *red flags* e reportados pelos auditores independentes em seus relatórios sobre as demonstrações contábeis das empresas de capital aberto no Brasil?

O estudo desta pesquisa torna-se relevante, devido os descritos nos PAAs serem de interesse dos analistas financeiros, os quais captam as informações financeiras ou não, obrigatórias e/ou voluntárias, bem como para os stakeholders interessados por esta informação. (Ozlanski, 2019). Os PAAs agregam maior conteúdo informacional, trazem maior transparência sobre a auditoria executada, aumenta a confiança no processo de checagem e maior confiabilidade sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada.

Objetivo geral desta pesquisa é analisar as *red flags* das empresas atuantes bolsa de valores embasadas nos PAAs constantes no relatório do Auditor Independente. Para conduzir ao alcance desse objetivo geral tem como objetivos específicos: Identificar os principais assuntos de auditoria das empresas que estão listadas na bolsa de valores; correlacionar os principais assuntos de auditoria (PAAs) com categorias de *red flags*; e descrever a recorrência dos *red flags* por segmento de listagem específica da bolsa de valores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A auditoria é a técnica contábil que, por meio de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, nas inspeções e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle de patrimônio de uma entidade, objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram

efetuados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

A correção de fraudes ou erros não constitui objetivo da auditoria contábil. O auditor aplica procedimentos para emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, verificando se existem erros ou distorções relevantes que as tornem inadequadas. A responsabilidade pela detecção de erros e sua correção é da administração da empresa (Crepaldi, 2023, p.8).

A auditoria contábil é responsável por verificar a efetiva aplicação de recursos externos oriundos de agentes financeiros por entidades públicas executoras de projetos celebrados com esses agentes, com a finalidade de emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras (Almeida, 2017).

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável (Crepaldi, 2023, p.12).

A norma do CFC, NBC TA 701, dispõe que o auditor deve levar em consideração as áreas que possuem maior risco de distorções relevantes ou que possuem riscos significativos identificados, áreas, fatos ou transações significativas que possuem efeito sobre a auditoria, ou sobre as demonstrações contábeis (CFC, 2016). Os PAAs devem ser descritos individualmente e apresentar os motivos pelos quais foi considerado um principal assunto (CFC, 2016; Marques; Souza, 2017, Santos *et al*., 2020).

A temática dos PAAs é dinâmica pois captura assuntos que divergem entre setores e perante a complexidade da atividade econômica exercida (Ferreira; Morais, 2020; Vargas; Bianchi; Venturini, 2022), além de serem um reflexo de um contexto temporal, carecendo assim de constante renovação de pesquisas para capturar alterações em resultados apresentados em contextos distintos. Acrescenta-se ainda que a maior quantidade e qualidade dos PAAs reportados têm capacidade de melhora na informação disposta ao usuário das DFPs, é fator sensível a ação do comitê de auditoria (mecanismo de GC) e pode reduzir o gerenciamento de resultados (Guedes *et al.,* 2021; Marques *et al*., 2021); Santos *et al.,* 2020; Venturini *et al.,* 2022).

Por sua vez, os *red flags* são mecanismos a disposição dos auditores, sejam estes os internos quanto os independentes, e visam a sinalização de comportamentos ou eventos suspeitos que carecem de maior atenção e preciosismo dos auditores. Esse mecanismo, pela perspectiva dos *stakeholders* externos à empresa, pode ser representado pelos PAA´s divulgados no relatório de auditoria independente, e sinalizam ao mercado e *stakeholders* diversos os assuntos sensíveis da empresa, que podem ficar sujeitos a maior probabilidade de ocorrência de: corrupção, apropriação indevida de ativos e fraudes nas demonstrações contábies (Kranacher; Riley; Wells, 2010; mPinheiro; Cunha, 2003; Reinstein; Mcmillan, 2004; Santos *et al.,* 2020).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se quanto aos fins como descritiva, e sob abordagem do problema de pesquisa é classificada como quantitativa (Gil, 1999; Vergara, 2000). Como população tem-se empress oriunda da população de empresas atuantes na B3, e como amostra alvo tem-se 196 empresas (48,84% da população de pesquisa), todas as 196 empresas pertencem ao segmento Novo Mercado.

O período de análise foi o ano de 2022. Os dados serão coletados por meio de coleta manual no sítio eletrônico da CVM no qual consta os demonstrativos Financeiros Padronizados das empresas constituídas sobre a forma jurídica de Sociedade Anônimas de capital aberto.

Após a coleta, os dados serão categorizados em planilhas do Excel® e com uso do software Stata® para geração de estatísticas descritivas (medidas de posição e dispersão).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os 401 PAAs foram segmentados em 29 categorias que fazem aluzão a temas do CPC, sendo a distribuição dos PAAs por CPC apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 – Categorização dos PAAs por CPC relacionado – assunto manifesto

#	Categoria do assunto do PAAs	total	%
1	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	98	22.79%
2	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	97	22.56%
3	CPC 25 - provisões e passivos contingentes	52	12.09%
4	CPC 15 - Combinação de negócios	45	10.47%
5	CPC 32 - Créditos tributários	27	6.28%
6	Outros	24	5.58%
7	CPC 09 - Demonstrações contábeis – Demonstração do Valor Adicionado	13	3.02%
8	CPC 48 - Instrumentos financeiros	12	2.79%
9	CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas	6	1.40%
10	CPC 04 - Ativo intangível	5	1.16%
11	CPC 25 - Reestruturação	5	1.16%
12	CPC 29 - Ativos biológicos	5	1.16%
13	CPC 47 - Receita de contrato com cliente	5	1.16%
14	CPC 04 + CPC 27	4	0.93%
15	CPC 47 – PECLD	4	0.93%
16	CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais	3	0.70%
17	CPC 16 – Estoques	3	0.70%
18	CPC 26 - Demonstrações contábeis	3	0.70%
19	CPC 28 - Propriedade para investimento	3	0.70%
20	CPC 35 + CPC 36	3	0.70%
21	CPC 06 – Arrendamento	2	0.47%
22	CPC 15 + CPC 25	2	0.47%
23	CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefícios de aposentadoria	2	0.47%
24	CPC 50 - Contratos de seguros	2	0.47%
25	CPC 02 - Moeda funcional	1	0.23%
26	CPC 04 + CPC 15	1	0.23%
27	CPC 04 + CPC 48	1	0.23%
28	CPC 18 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto	1	0.23%
29	CPC – Liquidação	1	0.23%
Total		**430**	**100.00%**

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Conforme a Tabela 1, os PAAs mais recorrentes observa-se: i) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, havendo manifestação de PAAs sobre o ajuste de valor de ativos e do ii) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, havendo manifestação acerca do reconhecimento de receita/despesas. Esses PAAs sinalizam o conteúdo das normas nas quais os auditores têm demonstrado, via reporte em relatório de auditoria Independente maior preocupação ou setores passíveis de uma necessidade de melhor análise ou cautela dos usuários da informação contábil. Tais CPC´s fazem menção a conteúdo passível de gerenciamento de resultados e carregam aspectos subjetivos de julgamento do profissional (valor justo, perda por desvalorização, tempo de vida útil, momento de reconhecimento da completude de direitos e obrigações contratuais que geram reconhecimento de passivos e ativos) contador e auditor, colocando os princípios e convenções contábeis à prova.

As 196 empresas que compõem a amostra, aparesentaram 401 PAAs no período analisado. Setorialmente, foram identificados onze setores, sendo que as empresas de Bens Industriais, setor financeiro e de Utilidade pública foram os que, quantitativamente, mais contribuiram para para a totalidade de PAAs. Os dois principais PAAs correlatos aos CPC´s por setor são apresentados na Tabela 2:

Oberva-se na Tabela 2, que setores com atividade de maior risco apresentam PAAs correlatos aos CPC 25 – Provisões e passivos contigentes, manifestando uma maior sujeitão a

lítigios. Por sua vez, os PAA´s relativos ao CPC 15 – combinação de negócios, foram manifestados nos setores que se sujeitam a uma maior volatilidade de estrutura proprietária devido a relações contratuais para prestação de serviços que originalmente seriam fornecidos pelo Estado.

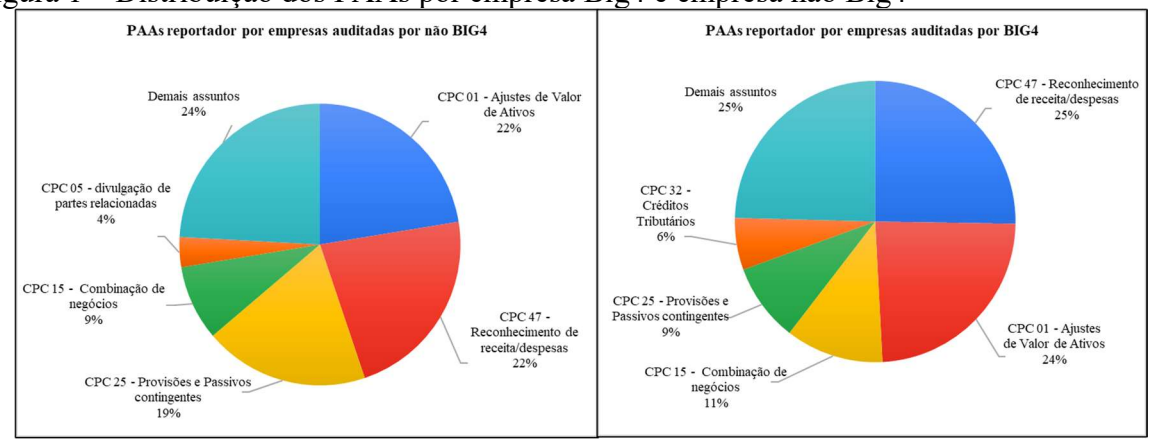
Tabela 2 – Distribuição dos PAAs mais reportados por empresa setor empresarial

Setor de atividade	Categorias de assuntos dos PAAs - TOP2	%
Bens Industriais	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	27.12%
	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	22.03%
Comunicações	CPC 15 - Combinação de negócios	6.78%
	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	6.78%
Consumo Cíclico	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	61.02%
	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	54.24%
Consumo não Cíclico	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	18.64%
	CPC 25 - Provisões e passivos contingentes	8.47%
Financeiro	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	16.95%
	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	13.56%
Materiais Básicos	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	6.78%
	CPC 25 - Provisões e passivos contingentes	5.08%
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	6.78%
	CPC 25 - Provisões e passivos contingentes	6.78%
Saúde	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	20.34%
	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	18.64%
Tecnologia da Informação	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	13.56%
	CPC 01 - Ajustes de valor de ativos	10.17%
Utilidade Pública	CPC 47 - Reconhecimento de receita/despesas	15.25%
	CPC 15 - Combinação de negócios	11.86%
Produção de fertilizantes especiais e defensivos biológicos.	CPC 25 - Provisões e passivos contingentes	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Acerca da diferenciação entre empresas de Auditoria Independentes pertecente ao grupo Big4 e aquelas não pertencentes, elaborou-se a Figura 1:

Figura 1 – Distribuição dos PAAs por empresa Big4 e empresa não Big4



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Pode-se observar que as empresas de auditoria independente, seja pertencentes a Big4 ou não, elencam PAAs que se correlacionam com os CPC 01 e 47. Entretanto, observa-se que o leque de PAAs é mais diversos nas empresas auditadas por empresas do BIG4 que as que não são, havendo sido identificado 27 distintos PAAs pelas Big4 e apenas 16 distintos PAAs pelas não Big4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi alcançado e a questão problema respondida. Os PAAs são direcionadores *red flags* para os diversos usuários da informação contábil, haja vista que a complexidade das informações reportadas podem dificultar o refino, a compreensão e a apreensão de pontos relevantes pelos usuários. Até 2024 temos 53 CPC emitidos, expondo a

gama e diversidade de orientações contabeis no tratamento de distintos assuntos, sendo fator positivo como negativo para a realização do trabalho de auditoria e dos contadores.

Mediante a diversidade de assuntos possíveis a serem elencados e que se relacionem com algum dos 53 CPCs já emitidos, a pesquisa logrou êxito ao identificar os PAAs mais reportados assim como correlaciona-los a temas com maior margem de discricionariedade e subjetividade quanto ao reconhecimento e registro na contabilidade. Nesse sentido, destacando-se os PAAs que abordam a avaliação, reconhecimento e mensuração de ativos e passivos, pois podem ser elementos meio para o gerenciamento de resultados pelos gestores, e seu destaque no relatório pode representar um importante *red flag* para os *stakeholders*.

A pesquisa não identificou uma ampla distinção do rol de PAAs entre empresas de Auditoria Independente pertencentes a Big4 das que não o são, apesar das empresas da Big4 manifestarem mais e mais específicios PAAs que aqueles divulgados pelas não Big4.

O recente desdobramento do caso corporativo envolvendo a empresa Americanas em 2023 demonstra o quanto o uso de ferramentas de prevenção e detecção de potenciais eventos, e a sinalização de *red flags* por meio dos PAAs das empresas, principalmente dos ativos mais sujeitos a manipulação dos gestores precisa de maior destaque nos relatórios financeiros e não financeiros (Moyes; Young; Mohamed, 2013; Reinstein; Mcmillan, 2004), sendo o relatório referente a 2022 da Americanas foi com "negativa de opnião" e não houve sequer apontamento de PAAs.

Como achado adicional, o assunto da combinação de negócios e sobre o ambiente de tecnologia da informação também emergiu como PAAs relevante para os auditores seus relatório. O ambiente de tecnologia da informação sinaliza a comtenporaneidade da transformação digital e a subjetividade de valorzação, reconhecimento como desafios para o contador e auditor no mundo corporativo.

Os achados indicam que, pela norma ABNT PR 2030, os *red flags* por meios dos PAAs atendem ao eixo da Governança, ao eixo Social pela promoção de responsabilidade social na cadeia de valor e informação útil e de qualidade aos *stakeholders*. Por fim, ao eixo ambiental, evocando aspectos da sustentabilidade, os assuntos provisões e passivos contingentes, ativos biológicos, podem trazer indicadores de impactos ambientais, como multas ambientais, emissões de gases de efeito estufa (GEE), degradação de solo, desmatamento e perda da biodiversidade, principalmente nas empresas listadas dos setores de atividade: petróleo, gás e biocombustíveis e produção de fertilizantes especiais e defensivos biológico.

Essa pesquisa contribui gerencialmente para a prática de compreensão dos relatórios de auditoria e difusão da sua relevância na comunicação com o mercado e com os demais *stakeholders*, além de atualizar pesquisas acadêmicas que têm sido realizadas no campo sobre os CPC mais propensos a serem apontados como PAAs, direcionando ao retorno do estudo dos princípios e postulados contábeis como instrumentos capazes de direcionar lacunas existentes no CPC, e assim contornar possíveis práticas de gerenciamentos de resultado.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT PR 2030 R2. Ambiental, Social e de Governança (ESG) - Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. Versão atualizada e corrigida. 2023.Disponível em: https://encr.pw/NaukT. Acesso em: 16 ago. 2024.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CFC. **NBC TA 701**, de 17 de junho de 2016. Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: https://encr.pw/WLLLR. Acesso em: 16 ago. 2024.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2023.
DANTAS, J. A.; CARVALHO, P. R. M; COUTO, B. A.; SILVA, T. N. **Determinantes da remuneração dos auditores independentes no mercado de capitais brasileiro.** Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 68-85, out./dez., 2016.
FERREIRA, C.; MORAIS, A. I. **Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados**. Revista contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 31, n° 83, p. 262-274,ago. 2020.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GUEDES, F. Y. S et al. **Mecanismos de Governança Corporativa e os Principais Assuntos se Auditoria Reportados pelas empresas listadas na B3**. Revista de Gestão Finanças e Contabilidade, v. 11, n. 3, p. 04–22, 2021.
KRANACHER, M.; RILEY, R.; WELLS, J. T. **Forensic Accounting And Fraud Examination.** Saint Louis: John Wiley, 2010.
KOORNHOF, C.; DU PLESSIS, D. **Red flagging as an indicator of financial statement fraud: The perspective of investors and lenders, Meditari Accountancy Research**, v. 8, n. 1, p. 69-93, 2000.
MARQUES, V.A.; SOUZA, M. K. P. **Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa**. Revista de Informação Contábil, v. 11, n. 4, p. 1-22, 2017.
MARQUES, V. A., PEREIRA, L. N., AQUINO, I. F. DE, & FREITAG, V. DA C. Has it become more readable? Empirical evidence of key matters in independent audit reports. Revista Contabilidade & Finanças, 32(87), p. 444–460, 2021.
MOYES, G. D.; YOUNG, R.; MOHAMED, D. H. F. **Malaysian internal and external auditor perceptions of the effectiveness of red flags for detecting fraud. International Journal of Auditing Technology**, v. 1, n. 1, p. 91-106, 2013.
OZLANSKI, M. E. **Bright lines vs. blurred lines: When do critical audit matters influence investors' perceptions of management's reporting credibility?** Advances in Accounting, v. 45, p. 1-11, 2019.
PINHEIRO, G. J.;CUNHA, L. R. S. **A importância da auditoria na deteção de fraudes.** Contabilidade Vista & Revista, v. 14, n. 1, 2003.
REINSTEIN, A.; MCMILLAN, J. **The Enron debate: more than a perfect storm. Critical** Perspectives on Accounting, v. 15, n. 6-7, p. 955-970, 2004.
SANTOS, K. L. ; GUERRA, R. B.; MARQUES, V. A.; MARIA JÚNIOR, E. **Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados.** REPeC, Brasília, v. 14, n. 1, art. 4, p. 56-77, jan./mar. 2020.
VARGAS, J. M. B., BIANCHI, M., & VENTURINI, L. D. B. **Tendências dos principais assuntos de auditoria evidenciados nos setores de utilidade pública e telecomunicações da B3 S.A**. Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS, 22(50), p. 63-79, 2022.
VENTURINI, L. B.; BIANCHI, M.; MACHADO, V. N.; PAULO, E. **Conteúdo informacional dos principais assuntos de auditoria e a previsão dos analistas financeiros**. Revista Contabilidade Financeira. USP, São Paulo, v. 33, n. 89, p. 281-299, maio/ago. 2022.
VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.